



RELATÓRIO DA REUNIÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO 2012 À 2014

(Compilação)

Fevereiro, 2017

AGRADECIMENTOS

A compilação deste relatório é resultado da contribuição de vários colaboradores. Em primeiro lugar agradeceremos as equipas que organizaram as Reuniões Nacionais das Áreas de Conservação entre os anos 2012, 2013 e 2014, pelo seu empenho incansável para que os resultados esperados fossem alcançados. Aos governos dos distritos de Chidenguele, Matutuíne e Pemba por terem acolhido de forma hospitaleira a I, II e III reunião respectivamente. A todos os apresentadores e convidados que muito contribuíram para o desenvolvimento da ANAC. E por último agradecemos a equipa que contribuiu para a edição e publicação deste relatório.

LISTA DE ACRÓNIMOS

AC	Áreas de Conservação
ACTF	Áreas de Conservação Transfronteiriça
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
ANAC	Administração Nacional das Áreas de Conservação
ASLF	African Safari Lodge Foundation
AWF	African Wildlife Foundation
CEF	Community Enterprise Facility
CFT	Comissão de Facilitação Turística
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção
CONDES	Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável
DNAC	Direcção Nacional Áreas de Conservação
IGF	International Global Fund
INEFP	Instituto Nacional de Educação e Formação Profissional
INGC	Instituto Nacional de Gestão das Calamidades
IUCN	Fundo Mundial para Natureza
LUPA	Associação para o Desenvolvimento Comunitário
LVIA	Solidarity and International Cooperation
MICOA	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental
MINAG	Ministério da Agricultura
MozBio	Projecto Áreas de Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento
PIREP	Programa Integrado de Reforma de Educação Profissional
PNL	Parque Nacional do Limpopo
PNQ	Parque Nacional das Quirimbas
PNQ	Parque Nacional do Zinave
PPF	Peace Park Foundation
PROFIN	Projecto de Financiamento Sustentável do Sistema Nacional das Áreas Protegidas
REM	Reserva Especial de Maputo
RNN	Reserva Nacional de Niassa
SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
WWF	Fundo Mundial para Natureza

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
LISTA DE ACRÓNIMOS	II
ÍNDICE	III
SUMÁRIO EXECUTIVO	IV
NOTA INTRODUTÓRIA	1
I REUNIÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO	2
OS PARTICIPANTES	3
O DISCURSO DE ABERTURA	4
PRINCIPAIS TEMAS DE DEBATE	6
FISCALIZAÇÃO NAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO EM MOÇAMBIQUE	7
CAÇA FURTIVA NAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO	7
SITUAÇÃO DA MINERAÇÃO NAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO	8
SITUAÇÃO CONTRATUAL DOS FISCAIS	8
ESTÁGIO ACTUAL DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJECTOS DE FINANCIAMENTO NAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO	9
PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA	9
PARQUE NACIONAL DAS QUIRIMBAS	10
RESERVA NACIONAL DO GILÉ	10
IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS ESPÉCIES DA FAUNA E FLORA SELVAGENS EM PERIGO DE EXTINÇÃO (CITES)	11
MERCADO DE CARBONO	12
REASSENTAMENTO NO PARQUE NACIONAL LIMPOPO	13
ESTÁGIO ACTUAL DA ADMINISTRAÇÃO NACIONAL ÁREA DE CONSERVAÇÃO	13
APRESENTAÇÃO DOS FUNDOS DE APOIO A INICIATIVAS COMUNITÁRIAS (CEF'S)	14
FORMAÇÃO EM HOTELARIA E TURISMO NAS ACTF'S	14
ACTIVIDADES REALIZADAS NAS DIFERENTES ÁREAS DE CONSERVAÇÃO	14
COMITÉ DE GESTÃO DO PROJECTO DE CONSERVAÇÃO TRANSFRONTEIRAS E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO (PACTFDT)	17
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES 2011-2012	17
AVALIAÇÃO DO PROJECTO ACTF I TRIMESTRE DE 2012	18
MISSÃO DO BANCO MUNDIAL	19
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	19
INFRA-ESTRUTURAS DE GESTÃO E TURISMO NO PNQ, PNG E PNL	19
PROPOSTA DE NOVAS TAXAS NOS PARQUES E RESERVAS NACIONAIS	20
PROJECTO DE FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL NAS ÁREAS PROTEGIDAS DE MOÇAMBIQUE	21
GESTÃO DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO	22
ALTERAÇÃO DOS LIMITES DA COUTADA OFICIAL Nº14	22
ALTERAÇÃO DOS LIMITES DO PNB, PNZ, RNC	22
EXTINÇÃO DAS COUTADAS OFICIAIS	23
NOVA ABORDAGEM DE GESTÃO DA RESERVA NACIONAL DE NIASSA	26
ÁREAS DE CONSERVAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: PASSADO, PRESENTE E FUTURO	27

CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
OS PARTICIPANTES	29
II REUNIÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO	29
AS BOAS VINDAS	31
O DISCURSO DE ABERTURA	31
PRINCIPAIS TEMAS DE DEBATE	33
PROPOSTA DO ESTATUTO ORGÂNICO DA ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO	34
PLANO DE ACTIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO PARA 2014	35
BALANÇO E PLANO DE ACTIVIDADES DE 2013 DOS PARQUES E RESERVAS NACIONAIS, PROJECCÃO	
DE RECEITAS PARA 2014 E PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS	36
ESTÁGIO DE PREPARAÇÃO DO PROJECTO MOZBIO	38
INFORMAÇÃO SOBRE O PROJECTO DE FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL PARA AS ÁREAS PROTEGIDAS	39
DIVERSIFICAÇÃO DE NEGÓCIOS NAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
OS PARTICIPANTES	42
III REUNIÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO	42
O DISCURSO DE ABERTURA	44
PRINCIPAIS TEMAS DE DEBATE	46
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA ANAC	47
PROPOSTA DO PLANO ESTRATÉGICO	47
BALANÇO E PLANO DE ACTIVIDADES DA ANAC	48
PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES 2015	50
PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO	51
PROPOSTA DO PLANO DE GESTÃO FINANCEIRA DA ANAC	51
PROJECTO MOZBIO	52
SISTEMA DE MONITORIA DE AVALIAÇÃO DA ANAC	53
CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL DA ANAC	53
LEI 16/2014 DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	54
ESTATUTO ORGÂNICO DA ANAC E REGULAMENTO INTERNO	55
RELATÓRIO E RECOMENDAÇÕES DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO IGF SOBRE CAÇA DESPORTIVA EM MOÇAMBIQUE	56
COMBATE A CAÇA FURTIVA: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS	57
MECANISMOS DE MELHORAMENTO E CAPACITAÇÃO DO CORPO DE FISCALIZAÇÃO NA RESERVA NACIONAL DO NIASSA	57
PROGRAMA NACIONAL DE PROTECCÃO DE RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	58
ESTRATÉGIAS E MEDIDAS ADOPTADAS NO PNL	58
GESTÃO DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO: SOLUÇÕES E DESAFIOS	59
PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA – PASSADO, PRESENTE E FUTURO	60
COMUNIDADES COMO PARCEIRAS DE GESTÃO DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO NO PNL: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
ANEXOS	65
ANEXO 1. DECLARAÇÃO DE CHIDENGUELE	65

SUMÁRIO EXECUTIVO

Moçambique tem uma extensa área do seu território ocupada por áreas de conservação, que perfazem cerca de 26% do país. As áreas de conservação nacionais estão sob gestão da Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), criada em 2011, e constituem mecanismo imprescindível para a conservação da biodiversidade e, fonte de receita através da exploração do seu potencial turístico.

Por forma a estabelecer uma plataforma de reflexão sobre os desafios do sector de conservação da biodiversidade, a ANAC instituiu as reuniões nacionais de conservação como fórum de análise e tomada de decisão sobre os assuntos de conservação da biodiversidade. Neste contexto, as Reuniões Nacionais, constituem mecanismos para estabelecimento de directrizes de desenvolvimento, capazes de orientar os programas de conservação de uma forma integrada.

Durante o período compreendido entre 2012 e 2014, foram realizadas 3 reuniões, unindo actores do sistema nacional de conservação, dentre estes, instituições privadas, públicas e parceiros de cooperação.

Reunião I (Abril de 2012) Chidenguele

Participaram nesta primeira reunião especialistas na área de conservação, desenvolvimento comunitário, biólogos, médicos veterinários, ambientalistas, dentre outros participantes. Foram discutidos vários assuntos ligados a conservação, tais como:

- ▼ Fiscalização nas áreas de conservação em Moçambique;
- ▼ Financiamento nas áreas de conservação;
- ▼ Implementação da CITES;
- ▼ Financiamento nas áreas de conservação; e
- ▼ Estágio das áreas de conservação no país.

Um dos principais produtos desta reunião foi a Declaração de Chidenguele, documento que representa a reafirmação do compromisso nacional na conservação da biodiversidade e um ponto de viragem na história da conservação no país.

Reunião II (2013) Bela-Vista

Participaram nesta reunião órgãos da ANAC, instituições públicas, parceiros de cooperação dentre outros convidados. Nesta reunião foram debatidos os seguintes temas:

- ▼ Proposta do estatuto orgânico da administração nacional das áreas de conservação;
- ▼ Plano de actividades da ANAC para 2014, balanço de actividades de 2013;
- ▼ Plano de actividades de 2013 dos parques e reservas nacionais;
- ▼ Projectão de receitas para 2014 e perspectivas para os 10 anos seguintes;
- ▼ Estágio de preparação do projecto Mozbio;
- ▼ Informação sobre o projecto de financiamento sustentável para as áreas protegidas; e
- ▼ Diversificação de negócios nas áreas de conservação.

Reunião III (2014) Gorongosa

Realizada sob o lema “Estruturação da ANAC para proteger os recursos e gerir de forma sustentável a biodiversidade com a participação das comunidades” contou com a participação dos órgãos da ANAC, instituições públicas, parceiros de cooperação, dentre outros convidados. Os principais temas debatidos foram:

- ▼ Estratégia de desenvolvimento da ANAC;
- ▼ Balanço e plano de actividades da ANAC;
- ▼ Consolidação institucional da ANAC;
- ▼ Combate a caça furtiva; e
- ▼ Soluções e desafios na gestão das áreas de conservação.

As Reuniões Nacionais de Áreas de Conservação têm servido como um fórum para partilha de informação e troca de experiência entre os diferentes actores na área de conservação no país e também como mecanismo impulsor de mudanças no sector da conservação.

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório resulta da compilação das sínteses das Reuniões Nacionais das Áreas de Conservação realizadas de 2012 à 2014. As Reuniões Nacionais são realizadas anualmente, desde 2012 e permitem reunir vários actores na área de conservação no país e em conjunto reflectir sobre a situação das Áreas de Conservação (AC) no país. As AC são parte integrante das ferramentas de desenvolvimento, sobretudo das comunidades rurais, garantindo a manutenção dos sistemas ecológicos responsáveis pela produção de serviços ambientais à vida e ao desenvolvimento, nomeadamente: a produção de oxigénio, o sequestro do carbono, a produção de água limpa e a disponibilização de vários recursos biológicos imprescindíveis ao Homem.

As Reuniões Nacionais referidas neste documento foram realizadas nos seguintes locais:

- i) I Reunião Nacional das Áreas de Conservação realizada em Chidenguele de 24 à 26 de Abril de 2012;
- ii) II Reunião Nacional de Áreas de Conservação realizada na Bela Vista de 5 à 6 de Novembro de 2013;
- iii) III Reunião Nacional de Áreas de Conservação realizada no Parque Nacional de Gorongosa de 24 à 26 de Novembro de 2014.

Nestas reuniões são debatidos temas pertinentes às AC no país, tais como as actividades ilegais nas AC, desenvolvimento comunitário, aplicação da legislação referente à conservação, implementação de acordos internacionais como a CITES, gestão das AC e políticas e estratégias de conservação no país. A actual estrutura da Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), organismo que vela pela gestão e desenvolvimento das AC a nível nacional foi estabelecida com base nas discussões e recomendações das Reuniões Nacionais.

Neste documento, para cada reunião são apresentados os principais temas debatidos bem como as constatações e recomendações que resultaram dos debates.

OS PARTICIPANTES

Participaram na Primeira Reunião das Áreas de Conservação especialistas na área de conservação, biólogos e outros contribuintes no processo de conservação da biodiversidade conforme a seguinte representatividade:

Ministério do Turismo

Director Nacional das Áreas de Conservação;
Directora Nacional Adjunta das Áreas de Conservação;
Coordenador da Unidade de Coordenação das Áreas de Conservação Transfronteiriça;
Administradores dos Parques e Reservas;
Técnicos do Ministério do Turismo.

Outras Instituições Públicas

Directores Provinciais de Turismo de Sofala e de Gaza;
Ministério para Coordenação da Acção Ambiental;
Ministério da Agricultura - Direcção Nacional de Terras e Florestas;
Instituto Nacional de Gestão de Calamidades;
Ministério do Interior.

Parceiros de Cooperação

Fundo Mundial para Natureza (IUCN);
International Global Fund (IGF);
African Wildlife Foundation (AWF);
Peace Park Foundation;
ECO MICAIA;
Fundação MICAIA;
Techno serve;
Programa Integrado de Reforma de Educação Profissional;
Associação para o Desenvolvimento Comunitário (LUPA);
Ambero/Kwaedza Simukai;
Solidarity and International Cooperation (LVIA);
African Safari Lodge Foundation (ASLF);
Advantage Consulting.

O DISCURSO DE ABERTURA

A abertura da reunião foi feita pelo Senhor Director Nacional das Áreas de Conservação, Francisco Augusto Pariela, que destacou:

Importância da reunião

Constitui um meio para a apresentação e debate em plenária das questões gerais e específicas que afectam as AC, com vista a fazer-se uma análise profunda de todos os problemas e criar uma plataforma comum para desenho de melhores políticas, estratégias e planos para o melhoramento da gestão da biodiversidade das AC.

As abordagens debatidas, as suas conclusões e recomendações devem ser usadas como uma base de trabalho em cada área de conservação, a curto, médio e longo prazos com vista a garantir a conservação e uso sustentável da biodiversidade pelos diferentes intervenientes.

Permite a troca de experiências e conhecimentos em gestão e liderança nos processos de tomada de decisão para o desenvolvimento do sector assim como a harmonização de métodos e técnicas de trabalho a serem aplicadas nas diferentes categorias de AC.

Sobre as comunidades residentes nas AC

Ressalvou que necessitam de um estímulo para o seu desenvolvimento socioeconómico, cultural e ambiental de forma harmoniosa, através do estabelecimento de parcerias entre o sector privado e elas. Indicou ainda como preocupação a morosidade do processo de entrega dos 20%, o que cria ansiedade e desapontamento por parte das comunidades.

Sobre a caça furtiva

Indicou que o encontro é realizado numa altura que se assiste a um crescimento de actividade furtiva no país, o que tem ameaçado a conservação de várias espécies de animais, entre as quais espécies emblemáticas como o elefante.

Na ocasião o Senhor Director enalteceu o papel dos parceiros de cooperação como uma espinha dorsal nos esforços empreendidos pelo Governo, no apoio financeiro e técnico para a conservação, protecção e desenvolvimento diversificado de infra-estruturas das AC, condição fundamental para a actividade turística gerar renda e melhorar a eficiência e produtividade do sector.

PRINCIPAIS TEMAS DE DEBATE

Foram abordados os seguintes temas:

- ▼ Fiscalização nas Áreas de Conservação em Moçambique;
- ▼ Estágio Actual da Implementação de Projectos de Financiamento nas Áreas de Conservação;
- ▼ Implementação da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção;
- ▼ Mercado de Carbono;
- ▼ Reassentamento no Parque Nacional do Limpopo;
- ▼ Estágio actual da Administração Nacional de Áreas de Conservação;
- ▼ Apresentação dos Fundos de Apoio a Iniciativas Comunitárias;
- ▼ Comité de Gestão das ACTFs;
- ▼ Desenvolvimento do Turismo;
- ▼ Gestão das áreas de conservação.

FISCALIZAÇÃO NAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Foram abordados matérias sobre caça furtiva, mineração nas AC e situação contratual de fiscais.

Caça furtiva nas áreas de conservação

Constatações

- ▼ Existência de casos de soltura de furtivos sob custódia das autoridades judiciais;
- ▼ Infractores não pagam as multas;
- ▼ A implementação do estatuto do fiscal não é efectiva;
- ▼ Os fiscais não têm incentivos;
- ▼ O não cumprimento da legislação aumenta as actividades ilegais;
- ▼ Os baixos salários dos fiscais concorrem para a desmotivação no exercício de suas funções na defesa do património natural.

Recomendações

- ▼ Melhorar os recursos materiais para a fiscalização, e criar uma equipe de choque que responda a solicitações em caso de necessidade de uma resposta rápida;
- ▼ Potenciar os fiscais com meios de trabalho e ração;
- ▼ Implementar o estatuto do fiscal para ajudar a solucionar as questões concernentes ao uso e porte de arma de fogo;
- ▼ Convidar os órgãos de justiça a participar nas reuniões nacionais das AC;
- ▼ Rever a legislação com vista a agravar as penalizações como forma de reprimir as infracções;
- ▼ As AC devem dispor de juristas para dar apoio na interpretação e cumprimento da legislação;
- ▼ Os projectos devem encerrar enquanto garantiram a continuidade das suas actividades por parte dos beneficiários proporcionando recursos financeiros e capacidade técnica.

Situação da mineração nas áreas de conservação C

Constatações

- ▼ As licenças de prospecção emitidas nas áreas de conservação ameaçam a integridade dos recursos naturais, tal é o caso do Tchuma-Tchato.

Recomendações

- ▼ Deve-se desencorajar a atribuição de licenças de prospecção nas AC através de um ofício e sua fundamentação, dirigido ao Ministério dos Recursos Minerais relativo a actividade de prospecção nas AC;
- ▼ A nível dos parques e nível central, deve haver uma reacção rápida com vista ao cancelamento das licenças de prospecção;
- ▼ Deve-se assegurar recursos financeiros para aquisição de armas de fogo para as AC.

Situação contratual dos fiscais

Constatações

- ▼ Observam-se dificuldades na contratação de pessoal devido a falta de observância de critérios legais durante o processo;
- ▼ Existem fiscais com situação contractual precária.

Recomendações

- ▼ Deve-se regularizar a situação contractual dos fiscais;
- ▼ Deve-se implementar rigorosamente as normas prevista para a contratação de pessoal.

ESTÁGIO ACTUAL DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJECTOS DE FINANCIAMENTO NAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Neste tema foram apresentadas as actividades realizadas no Parque Nacional da Gorongosa (PNG), Parque Nacional das Quirimbas (PNQ) e Reserva Nacional do Gilé (RNG).

Parque Nacional da Gorongosa

Constatações

- ▼ O PNG beneficiou-se de infra-estruturas: santuário, reabilitação do acampamento do Chitengo para actividade turística, construção de um centro de educação comunitária, construção de uma escola, construção de um centro de saúde, construção de casas para professores e para enfermeiros;
- ▼ Foram distribuídas redes mosquiteiras;
- ▼ Estão em curso acções de reflorestamento da Serra da Gorongosa;
- ▼ Em processo, a inclusão de parte da Serra nos limites do PNG.

Parque Nacional das Quirimbas Reserva Nacional do Gilé

Constatações

- ▼ Registou-se um aumento visível das receitas do Parque;
- ▼ Foi aprovado o projecto-piloto de emergência para o reforço da fiscalização orçado em 250.000 USD, a ser coordenado a partir do Gabinete de Sua Excelência Governador da Província de Cabo Delgado;
- ▼ Em processo a construção da sede do PNQ;
- ▼ Em curso o Zoneamento do Parque e revisão do plano de maneio;
- ▼ Em processo a constituição de comités de gestão;
- ▼ Foi criado um plano de saída faseada da WWF até 2015.

Constatações

- ▼ Criados postos de trabalho directos e sazonais para as comunidades locais;
- ▼ Construídos um posto de fiscalização, um acampamento turístico e abriram-se estradas;
- ▼ Foi introduzido um novo método de monitoramento de animais através de camera tracks o que permite monitorar melhor a população de fauna.

Recomendação

- ▼ O encerramento dos projectos por parte dos parceiros deve ser procedido de capacitação técnica e garantia de recursos financeiros para a continuidade das actividades.

IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS ESPÉCIES DA FAUNA E FLORA SELVAGENS EM PERIGO DE EXTINÇÃO (CITES)

Constatações

- ▼ Há dificuldades de coordenação com outros sectores, por exemplo, a Agricultura e Turismo;
- ▼ A autoridade científica, UEM, leva muito tempo na emissão de pareceres;
- ▼ Há falta de recursos humanos e financeiros para execução das actividades;
- ▼ Observa-se recusa de entrada de troféus de leopardo e elefante nos Estados Unidos da América e Portugal;
- ▼ O Ministério da Agricultura (MINAG) está a construir uma casa forte para o armazenamento seguro de troféus;
- ▼ O Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) deve ser mais proactivo e menos reactivo no seu papel de coordenador da CITES.

Recomendação

- ▼ Criar um grupo de trabalho interinstitucional para o acompanhamento de assuntos relacionados com a CITES, o qual deverá reunir-se pelo menos 2 vezes ao ano através de fóruns (Comissão de Facilitação Turística e o CONDES).

MERCADO DE CARBONO

Constatações

- ▼ Existem três mecanismos do mercado do carbono:
 - ▶ Mercado Regulado: onde uma tonelada de carbono corresponde a um crédito de carbono;
 - ▶ Mercado voluntário do carbono: onde empresas, ONGs, instituições, governos, cidadãos individuais são elegíveis;
 - ▶ Mecanismo de desenvolvimento limpo: método que deve ser adoptado por países em desenvolvimento.
- ▼ O mercado de carbono ainda carece de legislação apropriada pelo que, está em vista um seminário para debater o assunto;
- ▼ As áreas de conservação podem promover a sua sustentabilidade através da venda do carbono.

REASSENTAMENTO NO PARQUE NACIONAL LIMPOPO

Constatações

- ▼ O Instituto Nacional de Gestão das Calamidades (INGC) é responsável pela coordenação da nova abordagem do processo de reassentamento;
- ▼ O Instituto Nacional de Educação e Formação Profissional (INEFP), foi envolvido para treinamento de comunidades organizadas em associações, na construção de casas;
- ▼ As zonas e condições de reassentamento das famílias já foram definidas;
- ▼ As zonas de agricultura e pastagem já foram identificadas;
- ▼ Foram construídas 18 casas em benefício de 18 famílias em Tihovene (já reassentadas);
- ▼ Em construção 20 casas para 20 famílias em Banga;
- ▼ Em construção 61 casas da Fase II (grupo de 109 casas) que se encontram em diferentes fases.

ESTÁGIO ACTUAL DA ADMINISTRAÇÃO NACIONAL ÁREA DE CONSERVAÇÃO

Constatações

- ▼ O expediente relacionado com a nomeação do Presidente do Conselho de Administração já está sendo tramitado e se aguarda o despacho;
- ▼ Os estatutos da ANAC já estão em preparação e para breve serão submetidos à apreciação do Ministério da Função Pública.
- ▼ Em curso a elaboração do manual financeiro, procurement e de gestão de recursos humanos

APRESENTAÇÃO DOS FUNDOS DE APOIO A INICIATIVAS COMUNITÁRIAS (CEF'S)

Neste tema fez-se apresentações sobre programas de Hotelaria e Turismo nas ACTF, actividades na Reserva Nacional de Chimanimani, Reserva Especial de Maputo, Parque Nacional de Banhine, Parque Nacional de Zinave, Parque Nacional do Limpopo, sobre o Balanço geral dos CEF's 2011 e planificação para 2012.

Formação em Hotelaria e Turismo nas ACTF's

Constatações

- ▼ Foram disponibilizados 41.000USD, sendo 35.000USD financiados pelo Ministério do Turismo, através do Banco Mundial e 6.000USD da comparticipação de parceiros, para oito associações comunitárias de Ahi Zameni Chemucane (REM), Covane (PNL), Avestruz – (PNB) e Vuka Zinave (PNZ), Renascer e Twanano Banamana (PNB) e Kubatana Moribane, Mussapa Wassimuka e Verde Tsetserra (RNC);
- ▼ Foram disponibilizados para Ndzou Camp Lodge 15.000USD dos CEF's, sendo a comparticipação da Eco Micaia 40% do valor disponibilizado;
- ▼ Planificada uma formação com apoio do PIREP /Advantage Consulting nas áreas de cozinha, andares, recepção, restaurante e bar e gestão de negócios.

Actividades realizadas nas diferentes áreas de conservação

Parque Nacional de Zinave

- ▼ Em curso o projecto de horticultura em Mechisso;
- ▼ Identificados dois projectos: abertura de um furo de água e a reabilitação do Tondo Lodge.

Reserva Nacional de Chimanimani

- ▼ Concluído o projecto de capacitação de 15 guias turísticos das comunidades de Chikukwa, Mussapa e Reserva. Os guias turísticos já se beneficiam da formação através de cobrança de taxas de caminhada com turistas;
- ▼ Em andamento o projecto de produção e comercialização de mel, onde já foram adquiridas e distribuídas 500 colmeias a 6 associações comunitárias;
- ▼ Em atraso os CEF's de Binga, Zomba, Tsetserra e Mussapa campsite;
- ▼ A RNC, para além dos projectos de CEF's está a implementar um programa de aproveitamento do Pinho, com apoio do Comité de Gestão dos Recursos Naturais. Já foram removidos 168 ha de Pinho, correspondente a colecta de cerca de 127.000,00Mt depositados numa conta bancária da comunidade de Tsetserra.

Reserva Especial de Maputo

- ▼ Em curso o projecto de produção e comercialização de mel onde foram entregues cerca de 126 colmeias e 900 ceras a comunidade de Madjadjane; e estabelecidos mercados de venda (Shoprite, Café Sol, Super marés, etc);
- ▼ Foi iniciada a produção de objectos de artesanato e conquistados mercados de venda;
- ▼ Em curso a formação em bijuteria para melhoramento de qualidade do produto.

Parque Nacional de Banhine

- ▼ Concluído o projecto de agricultura de conservação e responsabilizada a sua execução aos Serviços Distritais de Actividades Económicas;
- ▼ O projecto de agricultura de conservação visava a introdução de viveiros de plantas nativas e de algumas culturas como a mandioca, batata-doce e sementes melhoradas de mexoeira de forma a melhorar a dieta alimentar das comunidades;
- ▼ Em curso a implementação dos projectos de artesanato e formação em cestaria e batique;
- ▼ Foram identificados como projectos em atraso o Fish Eagle tented camp, Banamana e abertura de furo de água em Tchove.

Parque Nacional do Limpopo

- ▼ Concluído o projecto sistema de abastecimento de água na comunidade de Canhane que consistiu na aquisição de 3 tanques de água e na colocação da tubagem; no entanto encontra-se inoperacional pois a bomba avariou;
- ▼ O projecto de Covane Lodge encontra-se num estado avançado de implementação tendo sido o único a efectuar desembolso durante o I trimestre de 2012 e prevê-se a conclusão das obras em Julho do presente ano.

Recomendações

- ▼ ACTF deverá contactar o MICOA para acelerar o processo de emissão de licenças ambientais;
- ▼ Identificar as alternativas para a reparação ou aquisição de uma nova bomba em Canhane;
- ▼ Acelerar o processo de implementação e desembolso dos CEF's visto ser o último ano do projecto;
- ▼ Usar o manual do INGC para implementação de projectos em zonas semi-áridas;
- ▼ Apostar no marketing dos projectos de CEF's.

COMITÉ DE GESTÃO DO PROJECTO DE CONSERVAÇÃO TRANSFRONTEIRAS E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO (PACTFDT)

Implementação do plano de actividades 2011-2012

O comité de gestão do PACTFDT do qual fazem parte os administradores das áreas de conservação pertencentes ao projecto transfronteiriço fez a apresentação do relatório de actividades do ano 2011 e I trimestre de 2012, com base no plano anual de actividades, tendo sido destacadas as seguintes actividades:

- ▼ Recursos humanos
- ▼ Fiscalização/caça furtiva
- ▼ Infra-estruturas
- ▼ Receitas
- ▼ Censo aéreo
- ▼ Conflito homem fauna bravia
- ▼ Equipamento adquirido
- ▼ Capacitação de fiscais na REM

Recomendações

- ▼ Privilegiar o uso de terminologia correcta e uniformizada para identificação de espécies animais e de plantas;
- ▼ Actualizar a informação sobre a caça furtiva, assunto a ser apresentado no conselho coordenador do ano em curso;
- ▼ Uniformizar os procedimentos de contagem de animais;
- ▼ A ACTF deve prestar assistência jurídica e estudar formas de apoiar outras áreas que não se beneficiam do financiamento externo, caso da Reserva Nacional de Pomene (RNP) e Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto (PNAB).

Avaliação do Projecto ACTF I Trimestre de 2012

Reserva Especial de Maputo

- ▼ Em curso o projecto de produção e comercialização de mel onde foram entregues cerca de 126 colmeias e 900 ceras a comunidade de Madjadjane; e estabelecidos mercados de venda (Shoprite, Café Sol, Super marés, etc);
- ▼ Foi iniciada a produção de objectos de artesanato e conquistados mercados de venda;
- ▼ Em curso a formação em bijuteria para melhoramento de qualidade do produto.

Implementação do plano de actividades 2011-2012**Constatações**

- ▼ A avaliação do grau de cumprimento do primeiro trimestre foi negativa (43.6%) devido a atrasos dos projectos;
- ▼ O comité de gestão aprovou os relatórios, porém, recomendou o seu melhoramento com base nas constatações feitas.

Recomendação

- ▼ Expandir a metodologia usada para avaliação das actividades para as AC que não fazem parte do projecto ACTF.

Missão do Banco Mundial

Apresentou-se o programa da missão do Banco Mundial, a ser realizado entre 2 e 18 de Maio de 2012, cujo objectivo visa proceder a revisão do relatório anual de 2011, plano de actividades de 2012 e preparação da III fase do projecto.

Desenvolvimento do Turismo

Neste tema foram abordados os temas sobre: Desenvolvimento de infra-estruturas de gestão e de turismo nas AC, proposta de novas taxas nos parques e reservas nacionais; canalização de 20% às comunidades locais e sobre o projecto de financiamento sustentável do sistema das áreas protegidas de Moçambique.

Infra-estruturas de Gestão e Turismo no PNQ, PNG e PNL**Constatação**

- ▼ Em curso a construção de infra-estruturas de gestão e turismo nos parques nacionais de Gorongosa, Limpopo e Quirimbas designadamente, residência para o pessoal, armazém de combustíveis, sanitários, refeitório para o pessoal, campismos, balneários e postos de fiscalização.

Proposta de Novas Taxas nos Parques e Reservas Nacionais**Constatações**

- ▼ Verificou-se a necessidade de actualização das taxas e tarifas cobradas nos parques e reservas nacionais: tarifas de entrada, aventura, ocupação de espaço, campismo e outras (fotografia, filmagens, pesca desportiva, captura de troféus de mergulho, e pesquisas científicas) visto que estas não acomodam os interesses das áreas marinhas;
- ▼ Com a revisão das taxas pretende-se:
 - ▶ Potenciar (atractivos e infra-estruturas turísticas) de cada Parque e Reserva;
 - ▶ Valorizar o património e/ou produtos turísticos dos parques e reservas;
 - ▶ Melhorar a acessibilidade (distância tempo/ distância custo);
 - ▶ Adequar as taxas e tarifas conforme os valores cobrados a nível da região.

Projecto de Financiamento Sustentável nas Áreas Protegidas de Moçambique**Constatações**

- ▼ O projecto visa reforçar a actividade de manejo, formação e treinamento de pessoal para garantir a sustentabilidade financeira a médio e longos prazos do sistema das áreas protegidas de Moçambique;
- ▼ O projecto está orçado em cerca de 13.8 milhões de dólares e divide-se em 3 componentes:
 - ▶ Sustentabilidade do Sistema das AC (treinamento, formação, etc.);
 - ▶ Modelos de co-gestão em locais de demonstração;
 - ▶ Planificação de negócios e geração de receitas.

Recomendações

- ▼ Rever as taxas e submeter ao Departamento Jurídico do Ministério do Turismo;
- ▼ Os administradores devem submeter à DNAC até Julho de 2012 as propostas de revisão de taxas tendo em consideração as especificidades das suas áreas;
- ▼ O Departamento Administração e Finanças, do Ministério do Turismo deverá activar mecanismos de disponibilização dos 20% referentes ao exercício 2010 no prazo de um mês;
- ▼ Deve-se apoiar as comunidades no processo de abertura das contas bancárias;
- ▼ O Departamento Administração e Finanças deve apoiar de forma particular o PNQ na recuperação dos valores das taxas;
- ▼ Deve-se elaborar termos de referência para apoio às comunidades na utilização das receitas dos 20%.

GESTÃO DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Sobre a gestão das áreas de conservação os seguintes temas foram abordados: Alteração dos limites da Coutada Oficial n.º14, Extinção das coutadas oficiais, Impacto das novas descobertas dos recursos naturais, Nova abordagem de gestão da Reserva Nacional de Niassa e Áreas de conservação em Moçambique: passado, presente e futuro.

Alteração dos Limites da Coutada Oficial n.º14

Recomendações

- ▼ A nível das autoridades provinciais, recomendou-se a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA);
- ▼ Deve haver diálogo com o MICOA com vista a realizar o EIA.

Alteração dos Limites do PNB, PNZ, RNC

Constatações

- ▼ O processo iniciou em Junho de 2010, com consulta às comunidades locais sobre os novos limites e auscultação dos diferentes órgãos dos Governos Provinciais
- ▼ O processo de alteração dos limites encontra-se no seguinte estágio:
 - ▶ PNZ: foram emitidos pareceres favoráveis dos Governos de Gaza e Inhambane e do Ministério da Justiça, faltando o MINAG e MICOA
 - ▶ PNB e RNC: foram emitidos pareceres positivos dos Governos Provinciais de Gaza e Manica, aguardando-se pela finalização da colecta de coordenadas para iniciar a harmonização central, que deverá ser realizado em Maio de 2012.

EXTINÇÃO DAS COUTADAS OFICIAIS

Para a determinação da intervenção a fazer em cada coutada oficial foram tomados em consideração os seguintes aspectos: constrangimentos observados nas coutadas, os principais desafios e factores para a extinção das coutadas. Cada aspecto é apresentado abaixo.

Constrangimentos observados nas coutadas

- ▼ Aumento da caça furtiva
- ▼ Corte ilegal de madeira
- ▼ Assentamentos humanos
- ▼ Queimadas descontroladas
- ▼ Conflito de uso e aproveitamento da terra (Coutada Oficial n.º 14)
- ▼ Pesquisa e Prospecção de Hidrocarbonetos (gás e petróleo)
- ▼ Conflito homem-fauna bravia, existência de pouca população de fauna e exiguidade de recursos financeiros, materiais e humanos.

Principais desafios para as coutadas oficiais

- ▼ Reforço da fiscalização e controle das actividades ilegais (caça furtiva e corte ilegal de madeira);
- ▼ Formação de uma brigada móvel operacional equipada em termos logísticos e meios circulantes para divulgação da legislação do sector, educação, sensibilização, prevenção, detenção e repressão na exploração ilegal dos recursos naturais;
- ▼ Monitoramento e apoio no funcionamento dos comités de gestão dos recursos naturais, nas coutadas oficiais;
- ▼ Avaliação do estado actual das coutadas, propor o redimensionamento e/ou zoneamento participativo, tendo em conta as mudanças ocorridas e os Planos de Uso de Terra aprovados pelo MICOA;
- ▼ Construção de 1 posto fixo de fiscalização em Manica e Sofala para monitoria do funcionamento das coutadas;
- ▼ Reactivação do Centro de Treinamento do PNG.

Foram destacados os seguintes factores de reflexão para a extinção das coutadas:

- ▼ Existência de recursos florestais;
- ▼ Reduzidos efectivos faunísticos;
- ▼ Inexistência de habitat;
- ▼ População residente na área;
- ▼ Pressão de factores externos às áreas;
- ▼ Perda de benefícios ecológicos;
- ▼ Conflitos económicos vs. contribuição económica.

Propostas de intervenção nas coutadas:

- ▼ Zoneamento: coutadas oficiais nº 4 e 7;
- ▼ Revisão dos limites: Coutada Oficial nº13;
- ▼ Redimensionamento: coutadas oficiais nº 5 e 14;
- ▼ Gestão integrada: Coutada Oficial nº 6;
- ▼ Extinção: Coutada Oficial nº 8.

Recomendações

- ▼ Reforçar o corpo de fiscalização, zonar e redimensionar as áreas;
- ▼ Firmar acordos para garantir que as comunidades progridam sempre nas AC, numa perspectiva de longo prazo;
- ▼ Os governos devem estar coordenados nas suas abordagens sobre as AC e coutadas em particular;
- ▼ Identificar os grupos beneficiados com o redimensionamento dos limites das coutadas oficiais;
- ▼ Considerando os desafios enfrentados pelas AC é importante reflectir-se sobre a possibilidade de recategorização das áreas de forma a acomodar outras formas de maneio e uso das áreas;
- ▼ Salvaguardar a existência das AC;
- ▼ Proceder ao redimensionamento das coutadas oficiais e não a sua extinção.

Nova Abordagem de Gestão da Reserva Nacional de Niassa

Constatações

- ▼ A experiência do modelo da Sociedade de Gestão e Desenvolvimento da Reserva do Niassa instalou a capacidade em termos infra-estrutura, recursos humanos, materiais e financeiros conforme o seguinte:
 - ▶ Instalação de rede de comunicação via rádio ;
 - ▶ Aquisição de equipamento (veículos, camiões e um ultraleve);
 - ▶ Realização de 7 contagens aéreas;
 - ▶ Manutenção sazonal de estradas e pontes;
 - ▶ Implementação de projecto de pesquisa de carnívoros;
- ▼ No âmbito da cooperação e comunidades constatou-se o seguinte:
 - ▶ Fraco desempenho no programa comunitário;
 - ▶ Comunicação irregular com o estado a todos níveis e outros intervenientes.

Recomendações

- ▼ Fazer o planeamento integrado para uma melhor gestão da reserva;
- ▼ Coordenar com o MICOA na elaboração dos planos de uso de terra;
- ▼ Pertinência de novas classificações das AC versus redimensionamento das AC;
- ▼ Os actuais administradores devem trabalhar com os antigos administradores para melhorar a gestão das AC;
- ▼ Evitar situações de conflito com os agentes económicos nas AC.

Áreas de conservação em Moçambique: passado, presente e futuro

Constatações

Foram levantados os seguintes aspectos de reflexão:

- ▼ Qual o plano de recursos humanos que se pretende para o sector (ecologistas, biólogos, veterinários, agrónomos, juristas, sociólogos)?
- ▼ Fiscais (onde, quando, quantos fiscais são necessários?);
- ▼ Paradigma de autonomização, eficiência e eficácia com a adopção de modelos de gestão inovativos;
- ▼ O crescimento continua muito aquém das necessidades, em quantidade e qualidade, para assegurar uma gestão adequada das AC.

Recomendações

- ▼ A gestão ecológica das AC deve estar voltada para a manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas naturais;
- ▼ Deve-se garantir o investimento em recursos humanos e equipamento e tomar decisões de manejo que vão além das condições de sustentabilidade;
- ▼ Incentivar a presença dos órgãos de comunicação para que se divulguem as actividades das AC;
- ▼ Apostar na ANAC como uma instituição nova, com vista a instalação de maior dinamismo, autonomia e crescimento das AC;
- ▼ Garantir a efectividade e conectividade das AC;
- ▼ Envidar esforços para mobilização de recursos para as AC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira Reunião Nacional de Áreas de Conservação foi considerada um marco na história de conservação do país e um ponto de viragem para novas abordagens de conservação no país. Desta reunião, resultou a “Declaração de Chidengeuele”, documento que expõe o sentimento de vários especialistas sobre a visão das áreas de conservação em Moçambique (anexo 1).

II REUNIÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

OS PARTICIPANTES

A Segunda Reunião de Áreas de Conservação contou com 43 participantes.

Órgãos da ANAC

Membros do Conselho Técnico da ANAC;
Membros do Conselho Directivo da ANAC;
Coordenador da Unidade de Coordenação das Áreas de Conservação Transfronteiriça (ACTF's);
Coordenador do Projecto de Financiamento Sustentável das Áreas de Conservação Administradores dos Parques e Reservas; Técnicos da ANAC.

Instituições Públicas

Assessora do Ministro para as Áreas de Conservação;
Chefe do Posto Administrativo de Bela-vista;
Membro da Assembleia Provincial de Bela-vista;
Responsável da Imprensa do Gabinete do Administrador do Distrito.

Outros convidados

AS BOAS VINDAS

O evento foi honrado com a presença do Exmo. Senhor Secretário Permanente do Governo do Distrito de Matutuíne, o qual proferiu o discurso de boas vindas tendo referido que este evento constitui um marco histórico desta nobre e jovem nação, considerando que áreas de conservação em Moçambique foram desde sempre um apêndice de outras áreas de actividade, tendo passado, pela Direcção Nacional de Pecuária, um interregno autónomo pouco duradouro como Unidade de Direcção de Fauna e depois para a Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia.

Referiu-se a realização da primeira reunião específica das áreas de conservação que aconteceu de 07 a 12 de Dezembro de 1981, em Chitengo, Parque Nacional de Gorongosa, a segunda reunião sobre o sector realizado pelo Ministério do Turismo na provincial de Gaza e a terceira reunião do sector, realizada em Chidenguele, Província de Gaza, de 24 a 26 de Abril de 2012, onde se elaborou a primeira Declaração de conservação, chamada “Declaração de Chidenguele”.

Para finalizar, o Exmo. senhor Secretario Permanente agradeceu a escolha do Distrito de Matutuíne para a realização da Reunião de Planificação das Áreas de Conservação e convidou os participantes a considerar este um momento de viragem para o desenvolvimento socioeconómico da região.

O DISCURSO DE ABERTURA

O Director Geral da Administração Nacional das Áreas de Conservação, proferiu o discurso de abertura, tendo referido que o evento era de extrema importância para uma melhor organização das actividades do sector.

Referiu ainda que a planificação é um instrumento chave para que se possam alcançar os objectivos de conservação e uma gestão eficiente da biodiversidade, lema que se deve ter em conta na implementação das actividades do sector. Convidou a todos participantes no sentido de contribuírem com o seu saber para que terminem o encontro mais enriquecidos e capacitados para enfrentar um dos grandes desafios do sector, que é a Caça Furtiva.

O Director Geral da ANAC reconheceu as dificuldades do sector, tendo realçado que o Projecto Áreas de Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento (Mozbio), e o Projecto para o Financiamento Sustentável para as Áreas Protegidas, constituem uma oportunidade para melhorar as condições das Áreas de Conservação, sendo que deveriam ser capitalizadas estas iniciativas para que se possa deixar o legado às gerações vindouras.

PRINCIPAIS TEMAS DE DEBATE

Os principais temas discutidos nesta reunião foram:

- ▼ Proposta do Estatuto Orgânico da Administração Nacional das Áreas de Conservação
- ▼ Plano de Actividades da Administração Nacional das Áreas de Conservação para 2014
- ▼ Balanço de actividades de 2013, Plano de Actividades 2013 dos Parques e Reservas Nacionais, Projecção de Receitas para 2014 e perspectivas para os próximos 10 anos
- ▼ Estágio de Preparação do Programa Mozbio
- ▼ Informação sobre o Projecto de Financiamento Sustentável para as Áreas Protegidas
- ▼ Diversificação de Negócios nas Áreas de Conservação

PROPOSTA DO ESTATUTO ORGÂNICO DA ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Constatações

- ▼ Necessidade de reforçar a componente comunitária nos Serviços de Licenciamento e Promoção;
- ▼ Substituir nos artigos 23 e 24 “as competências do Ministro do Turismo”, por “Ministro que superintende o sector da conservação”;
- ▼ Incluir nas atribuições do Serviço de Gestão e Protecção dos Recursos Naturais, a actividade de captura e translocação de animais;
- ▼ Necessidade de clarificar as atribuições do Ministro que Superintende o sector da conservação, assim como do Director Geral da ANAC de modo a assegurar a autonomia que se pretende.

PLANO DE ACTIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO PARA 2014

Constatações

- ▼ O plano apresentado não inclui actividades dos Parques e Reservas Nacionais;
- ▼ Referida a não inclusão do pagamento de fiscais do Parque Nacional das Quirimbas no Orçamento da ANAC destinado ao pagamento de salários;
- ▼ Não orçamentada a aquisição de meios para os fiscais;
- ▼ O PNL informou sobre a disponibilidades do Parque ceder 10 fiscais formados para outras áreas;
- ▼ Proposto o estabelecimento de um guião para a aplicação de 20% das receitas destinadas as comunidades locais;
- ▼ Necessidade de se elaborar o quadro do pessoal da ANAC-sede e Parques e Reservas Nacionais;
- ▼ Referido que a ANAC deve concentrar-se na consolidação das Áreas já existentes em detrimento da criação de novas Áreas como por exemplo o estabelecimento do Parque Nacional de Mágoè.

Recomendações

- ▼ Integrar as actividades do Projecto de Financiamento Sustentável das Áreas de Conservação no plano de actividades da ANAC;
- ▼ Retirar do plano a participação da ANAC na Comissão Moçambique - África do Sul, por esta actividade ser da competência do Ministério do Turismo;
- ▼ Incluir a participação da ANAC no Congresso Mundial de Parques em Setembro de 2014 na Austrália;
- ▼ Incluir a Revisão dos limites e estabelecimento da Fundação para a gestão da Reserva de Niassa.

BALANÇO E PLANO DE ACTIVIDADES DE 2013 DOS PARQUES E RESERVAS NACIONAIS, PROJECCÃO DE RECEITAS PARA 2014 E PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

Constatações

- ▼ Há necessidade de se estabelecer um mecanismo para o controlo da entrada de receitas nas Áreas de Conservação;
- ▼ As áreas devem fazer o levantamento das necessidades em Recursos humanos assim como do plano de formação;
- ▼ Proposto o estabelecimento de um instrumento para a monitoria dos impactos do turismo nas AC;
- ▼ Referida a necessidade de melhoria das infra-estruturas de acomodação dos técnicos nas AC;
- ▼ Necessidade de padronizar o uniforme dos fiscais e oficiais da conservação;
- ▼ Repisada a necessidade de se discutir o caminho a seguir e sobretudo onde encontrar fundos para o financiamento das actividades da ANAC;
- ▼ Questionado se as áreas continuam com o processo de integração dos fiscais no aparelho de Estado e se a ANAC tem espaço para acomodar todo este pessoal;
- ▼ Questionado sobre os mecanismos de utilização das receitas colectadas nas AC.

Recomendações

- ▼ Partilhar o modelo de padronização de receitas cobradas nas AC ;
- ▼ Padronizar o modelo de infra-estruturas nas AC ;
- ▼ Uniformizar os métodos de treinamento e capacitação de fiscais ;
- ▼ Priorizar as actividades fundamentais para a gestão das áreas de conservação e deixar o desenvolvimento de turismo para o sector privado.

PLANO DE ACTIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO PARA 2014

Constatações

- ▼ O plano apresentado não inclui actividades dos Parques e Reservas Nacionais;
- ▼ Referida a não inclusão do pagamento de fiscais do Parque Nacional das Quirimbas no Orçamento da ANAC destinado ao pagamento de salários;
- ▼ Não orçamentada a aquisição de meios para os fiscais;
- ▼ O PNL informou sobre a disponibilidades do Parque ceder 10 fiscais formados para outras áreas;
- ▼ Proposto o estabelecimento de um guião para a aplicação de 20% das receitas destinadas as comunidades locais;
- ▼ Necessidade de se elaborar o quadro do pessoal da ANAC-sede e Parques e Reservas Nacionais;
- ▼ Referido que a ANAC deve concentrar-se na consolidação das Áreas já existentes em detrimento da criação de novas Áreas como por exemplo o estabelecimento do Parque Nacional de Mágoè.



Figura. Exemplo de uma infraestrutura no PNG

ESTÁGIO DE PREPARAÇÃO DO PROJECTO MOZBIO

Constatações

- ▼ O modelo de recolha de dados para a elaboração do plano operacional para as Áreas de Conservação exclui a componente marinha;
- ▼ Proposto o estabelecimento de um fórum semanal para o acompanhamento e harmonização das actividades dos projectos em curso;
- ▼ Proposta a indicação de pontos focais para estabelecer a ligação entre a ANAC e os projectos em curso.

Recomendações

- ▼ Reconsiderar a possibilidade de integração do Parque Nacional de Banhine como área de intervenção do projecto.

INFORMAÇÃO SOBRE O PROJECTO DE FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL PARA AS ÁREAS PROTEGIDAS

Principais Componentes do projecto:

- ▼ Institucionalização da sustentabilidade do sistema das áreas protegidas do País;
- ▼ Demonstração de modelos de co-gestão em áreas pilotos;
- ▼ Planificação de negócios e geração de receitas.



Constatações

- ▼ Questionado aproveitamento do mercado do carbono pelo projecto.

DIVERSIFICAÇÃO DE NEGÓCIOS NAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Constatações

- ▼ As áreas de conservação devem promover propostas de negócios na zona tampão;
- ▼ Deve-se encontrar um fórum para a discussão da mineração nas AC devido a delicadeza do assunto ;
- ▼ Deve-se avaliar o custo benefício dos projectos comunitários implementados nas AC;
- ▼ Necessidade de se reflectir sobre o risco – benefício das AC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da 2ª Reunião Nacional de Áreas de Conservação foram feitas as seguintes recomendações:

- ▼ Incluir a participação da ANAC nas reuniões de Ministérios afins;
- ▼ Estabelecer um plano de formação para os quadros da ANAC;
- ▼ Efectuar o levantamento do ponto de situação das Coutadas Oficiais de modo a avaliar a sua requalificação e/ou extinção;
- ▼ Elaborar o orçamento das propostas dos planos de actividade e de necessidades das AC;
- ▼ Melhorar os planos dos parques e Reservas Nacionais indicando o orçamento e a fonte de financiamento.

III REUNIÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

OS PARTICIPANTES

Cerca de 74 pessoas participaram neste evento, representando instituições públicas, sector privado, organizações não-governamentais, parceiros de cooperação e outros convidados.

Órgãos da ANAC

Membros do Conselho Técnico da ANAC;
Membros do Conselho Directivo da ANAC;
Coordenador da Unidade de Coordenação das ACTF's;
Gestor do PROFIN;
Administradores dos Parques e Reservas;
Técnicos da ANAC.

Instituições Públicas

Directores Provinciais de Turismo de Niassa e Tete;
Administradores dos Distritos de Gorongosa,
Mágoè e Nhamatanda;
Representante do Administrador de Cheringoma.

Parceiros de cooperação



Participantes da III Reunião de Áreas de Conservação.
Parque Nacional de Gorongosa

O DISCURSO DE ABERTURA

O discurso de abertura foi proferido pela Excelentíssima Senhora Fernanda Mourana Matsinha, Secretária Permanente do Ministério do Turismo, tendo manifestado a sua satisfação pela realização da III Reunião Nacional das Áreas de Conservação, no Parque Nacional da Gorongosa. No discurso foi ainda destacado:

Criação de novas áreas de conservação entre 2013-2014

Recordou a recente criação do Parque Nacional de Mágoè, na Província de Tete, as Coutadas Oficiais de Luabo e Micaúne, na Província da Zambézia, a Coutada Oficial de Marangira na Província de Niassa e a área de Conservação Comunitária de Mitchéu, na Província de Sofala.

Extinção de coutadas

Informou sobre a decisão do Governo que levou a extinção das Coutadas Oficiais número 6 e 8 como consequência da disfuncionalidade dos ecossistemas que não mostravam possibilidade de sua recuperação.

Caça furtiva

Enfatizou a crise do sector da conservação onde espécies emblemáticas como o rinoceronte e o elefante estão sob uma grande pressão exercida pelos caçadores furtivos com o objectivo de colocar os seus trofeus nos mercados internacionais, através de grandes redes de máfia, gerando bilhões de dinheiro ilícito.

Exploração dos recursos naturais nas áreas de conservação

Orientou aos presentes para aplicarem a Legislação em vigor no País de modo a reduzir as actividades ilegais nas áreas de conservação e baixar os índices de conflito homem-fauna bravia bem como garantir a integração das comunidades na gestão das áreas de conservação, tornando-as parte na partilha dos benefícios e acesso as oportunidades.

Investimentos nas áreas de conservação

Enfatizou a necessidade de promoção de investimentos na área de ecoturismo nos Parques Nacionais da Gorongosa, Zinave, Banhine, Arquipélago do Bazaruto e Limpopo, bem como nas Reservas Nacionais de Pomene e Especial de Maputo.

SOBRE A ANAC

Recomendou aos participantes para traçarem directrizes com vista a conduzir a ANAC a um cenário melhor no ano 2015, de modo a que as acções de conservação da biodiversidade no país se reflectam na melhoria das condições de vida dos moçambicanos.

PRINCIPAIS TEMAS DE DEBATE

A Terceira Reunião Nacional de Áreas de Conservação foi realizada sob o lema “Estruturação da ANAC para proteger os recursos e gerir de forma sustentável a biodiversidade com a participação das comunidades”. Os principais temas discutidos nesta reunião foram:

- ▼ Estratégia de Desenvolvimento da ANAC;
- ▼ Balanço e Plano de Actividades da ANAC;
- ▼ Projectos de Desenvolvimento;
- ▼ Consolidação Institucional da ANAC;
- ▼ Combate a Caça Furtiva: Experiências e Desafios;
- ▼ Gestão das Áreas de Conservação: Soluções e Desafios.

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA ANAC

Proposta do plano estratégico

A Miombo Consultores apresentou o estágio de desenvolvimento do Plano Estratégico da ANAC e o plano financeiro, principais instrumentos de gestão da ANAC. Pretendia-se com a apresentação colher subsídios para a consolidação do Plano Estratégico em elaboração. Para o efeito foram criados grupos de trabalho para melhor discutirem os pilares estratégicos do Plano, nomeadamente os pilares Institucional, Ecológico, Económico e Social.

Recomendações

- ▼ Identificar fontes alternativas de geração de receitas;
- ▼ Estabelecer serviços veterinários nas áreas de conservação;
- ▼ Definir o tipo de relação entre a ANAC e a “Força de Protecção dos Recursos Naturais” criada ao nível do Taskforce;
- ▼ Aprofundar a reflexão sobre os mecanismos de exploração do mercado de sequestro de carbono;
- ▼ Estabelecer corredores naturais de fauna para a consolidação da Rede Nacional das Áreas de Conservação;
- ▼ Definir o orçamento para a implementação do Plano Estratégico;
- ▼ Incorporar acções sobre adaptação, mitigação e resiliência às mudanças climáticas no Plano Estratégico;
- ▼ Enquadrar o Plano Estratégico nas abordagens de desenvolvimento sustentável baseado na Economia Verde;
- ▼ Identificar mecanismos para reduzir a caça furtiva e o comércio ilegal de espécies de flora e fauna bravia.

Acções de seguimento

- ▼ Disponibilizar o Plano Estratégico a todos os participantes para comentar antes da sua finalização;
- ▼ Abordar a problemática do reassentamento nos parques, considerando a existência de comunidades no interior de quase todas as AC;
- ▼ Identificar países e áreas prioritárias de cooperação a nível regional e internacional;
- ▼ Identificar mecanismos para o estabelecimento de parcerias público-privadas;
- ▼ Incorporar as áreas de conservação marinhas nas componentes do Plano Estratégico, incluindo a pesca ilegal;
- ▼ Identificar as necessidades e prioridades de pesquisa e investigação nas AC;
- ▼ Estabelecer critérios para celebração de contractos com as comunidades no interior dos parques, no âmbito da partilha de benefícios e implementação de projectos comunitários;
- ▼ Estabelecer critérios de atribuição dos 20% das receitas às comunidades locais.

BALANÇO E PLANO DE ACTIVIDADES DA ANAC

Foi feito o balanço das actividades desenvolvidas nas Áreas de Conservação de 2013 a Setembro de 2014, e fez-se uma reflexão sobre as acções de impacto no sector de conservação para 2015.

Constatações

- ▼ Observou-se que há falta de dados sobre as Áreas de Conservação Marinhas;
- ▼ Deve-se aprofundar a análise dos dados sobre a caça furtiva de modo a perceber se o índice elevado de actividades ilegais em algumas áreas de conservação está relacionada com a pressão exercida pelos caçadores furtivos, a falta de fiscalização efectiva, ou a existência do potencial faunístico numa determinada área.



Figura. Comunidades envolvidas na actividade pesqueira dentro de uma AC

Recomendações

- ▼ Padronizar o sistema de colecta de dados;
- ▼ O Manual de Monitoria e Avaliação da ANAC deve incluir uma proposta de padronização dos relatórios de actividades das Áreas de Conservação;
- ▼ Fazer um levantamento da problemática do uso de veneno pelos caçadores furtivos no Parque Nacional de Magoè ;
- ▼ Rever a estrutura de relatórios para torná-lo mais abrangente.



Figura. Rineceronte ferido como resultado da actividade furtiva

Plano Anual de Actividades 2015

A apresentação do plano de actividades destacou as acções de impacto da ANAC a nível central e as actividades nas áreas de conservação para o ano 2015.

Actividades Planificadas

- ▼ Desenvolvimento Institucional da ANAC;
- ▼ Capacitar e Integrar Fiscais das AC;
- ▼ Realizar estudos e projectos para o estabelecimento das sedes dos Parques de Bazaruto e Mágoé
- ▼ Realizar a Reunião Nacional das AC;
- ▼ Repovoar a fauna bravia nas AC.

Áreas de Impacto

- ▼ Infra-estruturas;
- ▼ Gestão da Biodiversidade;
- ▼ Comunidade;
- ▼ Turismo;
- ▼ Formação;
- ▼ Fiscalização.

Recomendações

- ▼ Incluir no plano de actividades para 2015, as metas e indicadores
- ▼ Actualizar o plano de actividades de modo a incluir acções das áreas marinhas
- ▼ Incluir no plano de actividades para 2015 acções de divulgação do Parque Nacional de Mágoè de modo a sensibilizar as comunidades sobre a importância da conservação dos recursos naturais

PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO

Foi apresentado o plano de gestão financeira da ANAC, os principais aspectos do Projecto MozBio considerando as áreas de implementação e componentes de execução, bem como o Sistema de Monitoria com destaque para a sua importância, mecanismos e frequência de colecta e sistematização dos dados, níveis de sistematização dos indicadores e análise de indicadores.

Proposta do Plano de Gestão Financeira da ANAC

A empresa Verde Azul fez uma apresentação sobre o estágio de Preparação do Plano Financeiro para o Sistema das Áreas de Conservação de Moçambique. A apresentação mostrou as principais fontes de financiamento das AC, as suas principais receitas e os passos subsequentes para a finalização da proposta financeira.

Constatações

- ▼ Referido que até finais de Dezembro deverá ser revisto o relatório inicial e proposta nova calendarização para a finalização do Plano.

Recomendações

- ▼ O coordenador do Projecto de Financiamento Sustentável deve reunir-se com a Verde-Azul Consultores para clarificar os passos seguintes e definir datas para a conclusão do trabalho o qual deverá estar concluído dentro do 1º trimestre.

Projecto MozBio

O projecto MozBio surge como forma de dar continuidade aos projectos de conservação anteriores, como as ACTF e pretende ser não apenas um projecto, mas sim um programa para a gestão e desenvolvimento das áreas de conservação no país.

Objectivo de Desenvolvimento do Projecto

Aumentar a gestão efectiva das AC e melhorar o contributo destas às condições de vida das populações que residem dentro e ao redor das AC.

Plano Orçamental

- ▼ US\$40 milhões do IDA
- ▼ US\$6.3 milhões do GEF

Período de Implementação

- ▼ 4 Anos 2015 a 2019

Constatações

- ▼ Questionado se até Fevereiro de 2015 a ANAC estaria em condições de iniciar a implementação do Projecto MozBio tendo em conta as condições de efectividade
- ▼ Questionada a capacidade de absorção dos fundos pela ANAC, assumindo que deve-se gastar em média 10 milhões de dólares por ano.

Recomendações

- ▼ O Coordenador da Unidade das ACTF deve indicar as acções de seguimento a serem executadas em coordenação com os Administradores dos Parques para garantir a observância da efectividade e prontidão para a implementação das acções de MozBio até Março de 2015.

Sistema de Monitoria de Avaliação da ANAC

Princípios do sistema de Monitoria e Avaliação

- ▼ Sistema único para ANAC e MozBio
- ▼ Dados recolhidos a nível das AC
- ▼ Indicadores padronizados
 - a) Fichas de dados uniformizadas e agregáveis
 - b) Unidades de medição uniformizadas (nº de patrulhas/ km patrulado/ horas patrulhados / homem-dias de patrulha e outros)

Funcionamento do Sistema de Monitoria e Avaliação

- ▼ **No nível da Direcção Geral**
Uso de 15 indicadores obrigatórios para todos os parques e reservas serão seguidos para ter uma visão geral sobre o sistema.
- ▼ **Serviços e Departamentos da ANAC**
Uso de indicadores adicionais (variando de 3 a 27, com a maioria dos departamentos tendo 5 a 7).

Recomendações

- ▼ Estabelecer uma base de dados de Monitoria e Avaliação e, treinar técnicos da ANAC para a sua utilização.

CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL DA ANAC

A abordagem da “Consolidação institucional da ANAC”, visava destacar a nova lei de conservação, as suas inovações, moldura penal e processos de regulamentação, partilhar o conteúdo do Estatuto e do Regulamento Interno da ANAC e as Recomendações da Assistência Técnica do IGF sobre a Caça Desportiva em Moçambique.

Lei 16/2014 de Conservação da biodiversidade

Questões relevantes na Lei

- ▼ Estruturação das Áreas de Conservação
 - ▶ Criação do Sistema Nacional das Áreas de Conservação
- ▼ Aumento de 5 para 10 Categorias de AC
- ▼ Inclusão das Áreas de Conservação Transfronteiriças como forma de implementação de Tratados Internacionais
- ▼ Inclusão de compensação ao esforço da conservação
- ▼ Agravamento de penas incluindo prisão.

Estatuto Orgânico da ANAC e Regulamento Interno

A Administração Nacional das Áreas de Conservação, abreviadamente designada por ANAC foi criada por Decreto nº 11/2011 de 25 de Maio. A ANAC é tutelada pelo Ministro que superintende o sector das Áreas de Conservação.

Natureza Jurídica da ANAC

A ANAC é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira.

Órgãos da ANAC

- ▼ **Conselho Directivo:**
 - ▶ Director Geral e Directores de Serviços
 - ▼ **Conselho Técnico:**
 - ▶ Representante do Ministério que superintende o Sector das Áreas de Conservação
 - ▶ Representante do Ministério que superintende o Sector do Ambiente
 - ▶ Representante do Ministério que superintende o Sector das Pescas
 - ▶ Representante do Ministério que superintende o Sector da Agricultura
 - ▶ Dois Representantes do Sector Privado.
- O Conselho Técnico é presidido pelo Director-Geral da ANAC.

Relatório e Recomendações da Assistência Técnica do IGF sobre Caça Desportiva em Moçambique

O projecto “Assistência Técnica para a Protecção e Gestão da Fauna Bravia nas Zonas de Caça em Moçambique” foi implementado em duas fases, entre os anos 2009 e 2013. O projecto foi financiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) no valor de 738.330 Euros. O projecto foi implementado por uma equipe franco-moçambicana envolvendo técnicos do Ministério do Turismo e da ANAC e da Fundação Internacional para a Gestão da Fauna Bravia (Fundação IGF).

Objectivo Geral

- ▼ Reorganização e melhoria da caça desportiva no país.

Resultados Alcançados

- ▼ Avaliação Preliminar da Caça Desportiva no país e implementação de parte das suas recomendações
- ▼ Estudo sobre a Contribuição da Caça Desportiva para a Economia de Moçambique
- ▼ Produção de uma Série de Documentos Técnicos para a Gestão da Indústria de Caça em Moçambique
- ▼ Estabelecimento dum Grupo de Trabalho sobre a Caça Desportiva (MITUR, MINAG, AMOS, MICOA, convidados)
- ▼ Participação e contribuição na elaboração de documentos e instrumentos legais ligados ao sector de conservação.

Recomendações

- ▼ A ANAC deve verificar até que ponto as recomendações do estudo sobre a caça desportiva em Moçambique estão inseridas no Projecto MozBio.

COMBATE A CAÇA FURTIVA: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

Neste tema, fez-se a partilha de experiências sobre o combate à caça furtiva adoptadas pelo Parque Nacional do Limpopo e Reserva de Niassa e sobre a abordagem do Programa Nacional de Protecção dos Recursos Naturais e Meio Ambiente. Mecanismos de Melhoramento e Capacitação do Corpo de Fiscalização na Reserva Nacional do Niassa

Os fiscais da Reserva Nacional passaram por um processo de avaliação e treinamento com os seguintes objectivos:

- ▼ Dar resposta adequada e reduzir as situações de actividades ilegais registadas
- ▼ Aumentar a frequência dos Fiscais e as coberturas aérea e terrestre do espaço patrulado
- ▼ Manter a prontidão e a aptidão física e moral dos Fiscais.

Recomendações

- ▼ Estabelecer um centro de formação de fiscais de modo a padronizar o sistema de treinamento

Constatações

- ▼ Mencionada a necessidade de uma maior colaboração entre as Forças de Defesa e Segurança da República de Moçambique no âmbito do combate a caça furtiva



Figura. Capacitação de fiscais

Programa Nacional de Protecção de Recursos Naturais e Meio Ambiente

Como forma de responder ao elevado índice de exploração e exportação ilegal de recursos naturais (faunísticos, florestais e outros), com particular destaque para a caça furtiva o Governo da República de Moçambique tomou diversas medidas combativas, dentre as quais a aprovação do Programa Nacional de Protecção de Recursos Naturais e Meio Ambiente (PNPRNMA), em 2014.

O PNPRNMA tem em vista a promoção da exploração e utilização sustentável dos recursos naturais; combater as práticas ilegais na exploração dos mesmos e contribuir para a conservação da biodiversidade, preservação dos ecossistemas, seus habitats e protecção do meio ambiente.

Constatações

- Referida a existência de um orçamento de 10 bilhões de meticais para um período de 6 anos para a implementação da Estratégia de Combate a Exploração Ilegal dos Recursos Naturais e Meio Ambiente;
- A recolha de armas poderá trazer um impacto desencorajador para os fiscais das áreas de conservação.

Recomendações

- Nas áreas de protecção marinha deverá alocar-se dentro das Forças de Protecção dos Recursos Naturais e Meio Ambiente elementos da Marinha de Guerra tendo em conta as condições de fiscalização das áreas marinhas
- Definir os mecanismos de coordenação e funcionamento entre as Forças de Protecção dos Recursos Naturais e a equipa de fiscalização das áreas de conservação.

Estratégias e Medidas adoptadas no PNL

O Parque Nacional do Limpopo (PNL) faz parte do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo juntamente com o Parque nacional do Kruguer na África do Sul e o Parque Nacional Gonarezou no Zimbábue. Devido aos elevados índices de caça furtiva observados, o PNL adoptou uma série de medidas com objectivo de reverter este cenário que não só prejudica os objectivos de conservação, mas também a relação entre os países.



Figura. Animais abatidos como resultado da caça furtiva

Intervenções feitas a vários níveis

- Recursos humanos, por exemplo: formação e incentivos aos fiscais
- Recursos materiais, por exemplo: aquisição de armas, bicicletas e equipamento de campo
- Estratégias, por exemplo: reassentamento da aldeia de Macavene e consciencialização comunitária

Recomendações

- Rever a tabela salarial do fiscal das áreas de conservação
- Convidar representantes da Justiça para as reuniões das áreas de conservação
- Alocar juristas nas áreas de conservação para o acompanhamento dos processos de crimes sobre a caça furtiva.

GESTÃO DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO: SOLUÇÕES E DESAFIOS

O objectivo deste tema era partilhar diferentes experiências de gestão das áreas de conservação, tendo sido apresentadas experiências do Parque Nacional da Gorongosa e do Parque Nacional das Quirimbas.

Parque Nacional da Gorongosa – Passado, presente e futuro

Fez-se uma retrospectiva sobre Parque Nacional da Gorongosa (PNG) desde a sua criação na era colonial, o parque na era pós-guerra, a situação actual no âmbito da parceria com a Fundação Carr e os planos futuros.

Passado

- 1920 – Plantação de algodão
- 1935 – Reserva de caça
- 1960 – Proclamação como Parque Nacional
- 1975 - Independência do Regime Colonial
- 1981 /1992 – Guerra de Desestabilização
- 1994/1996 - União Europeia financiou intervenções de recuperação
- 1997/2001 – Banco Africano de Desenvolvimento financiou iniciativas de recuperação
- 2004 – Inicia envolvimento da Fundação Carr e assinatura do Acordo de Gestão Conjunta por 20 anos entre o “Gorongosa Restoration Project” e o Governo de Moçambique
- 2010 – Proclamação da Serra da Gorongosa como parte integrante do Parque Nacional



Figura. Imagens do PNG no passado

Com a assinatura, em 2008, do Acordo de Gestão Conjunta do Parque Nacional da Gorongosa entre o Governo de Moçambique e a Carr Foundation, Organização sem fins lucrativos dos EUA, foram investidos até 2014 cerca de 45 milhões de USD na reabilitação e operação do PNG. O PNG tem-se beneficiado de intervenções na área de conservação, turismo, pesquisa científica, desenvolvimento humano e media para a educação.



Conservação



Media para Educação



Desenvolvimento Humano



Turismo



Pesquisa Científica

Figura. Actividades desenvolvidas no âmbito do Acordo de Gestão Conjunta

Futuro

- ▼ Criar Áreas de Conservação Comunitária na Zona tampão e trabalhar com as comunidades em alternativas económicas rentáveis associadas à missão e marca do Parque;
- ▼ Reestruturar a fiscalização: introdução do SMART; melhorar a capacidade dos recursos humanos; introduzir fiscalização aérea e de barco;
- ▼ Incrementar a contribuição para programas agrícolas na Zona tampão
- ▼ Prosseguir a estratégia de turismo (atração de operadores e construção de acampamento para o mercado de renda baixa);
- ▼ Perseguir o objectivo da sustentabilidade financeira do Parque com base na indústria do turismo;
- ▼ Iniciar a exploração comercial da produção de café com famílias locais na Serra da Gorongosa.

Comunidades como parceiras de gestão das áreas de conservação no PNQ: Experiências e desafios

Na Zona Tampão do Parque Nacional das Quirimbas (PNQ) vivem cerca de 160.000 pessoas. O desenvolvimento e a satisfação das necessidades desta população tem como base os recursos naturais, e muitas vezes, contrastam com a conservação da natureza.

Abordagem de envolvimento das comunidades na gestão do PNQ

- ▼ Organizações Comunitárias de Base;
- ▼ Agricultura de Conservação;
- ▼ Projectos Comunitários de alternativas de rendimentos;
- ▼ Programa de Bolsas de estudos;
- ▼ Programa de Educação Ambiental.



Figura. Projecção futura do PNG

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Terceira Reunião Nacional das Áreas de Conservação debruçou-se principalmente sobre a consolidação da ANAC e sobre a caça furtiva como um dos principais constrangimentos para as áreas de conservação. Outros temas importantes discutidos nesta reunião foram:

- ▼ Os mecanismos de acesso as receitas consignadas;
- ▼ A necessidade de se dar seguimento as decisões e recomendações emanadas nas reuniões das Áreas de Conservação por forma a avaliar os avanços registados;
- ▼ A necessidade de estabelecimento de logotipo das Áreas de Conservação.



Figura. Comunidade capacitada em agricultura de conservação

ANEXOS

Anexo 1. Declaração de Chidenguele

PREÂMBULO

As áreas de conservação em Moçambique foram desde sempre um apêndice de outras áreas de actividade, tendo passado, ao que a memória pode recordar, pela Direcção Nacional de Pecuária, um interregno autónomo pouco duradouro como Unidade de Direcção de Fauna e depois para a Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia.

Reuniões “sectoriais” cingiam-se nas actividades sectoriais-mãe, vivendo o sector de conservação de extrapolações ou inferências de sectores com carácter técnico-profissional amiúde diferentes deste.

Nesta integração estrutural e funcional, realizou-se a 1ª reunião de Florestas e Fauna Bravia em Chitengo, de 07 a 12 de Dezembro de 1981 na qual forma abordados vários aspectos que enfermam com destaque para assuntos relacionados com a fiscalização. O sector de Florestas evoluiu, tendo chegado a ter viaturas equipadas com rádios VHF, mas o melhor que o sector de fauna teve foi uma maquina de projecção de slides para campanha contras as queimadas descontroladas que beneficiavam mais a área de florestas que as de fauna, pois em áreas de conservação pouca ou nenhuma comunidade humana residia e os que nelas ilegalmente se aventuravam não ousavam fazer fogos sob pena de serem detectados e severa e brutalmente punidos. Com se pode ver, houve desde sempre um desequilíbrio agudo em facilidades e equipamentos entre os dois sectores.

Em 2001, na Província de Gaza, no decurso da 1ª reunião do Ministério do Turismo realizou-se uma reunião satélite de conservação que visava traçar linhas gerais sobre a gestão do sector. Pontos importantes foram discutidos mas pouco foi posto prática, estando o sector até hoje enfermo de situações básicas que emperram o seu desenvolvimento e pouco grado chegam a perigar a integridade física e moral dos agentes da Lei que zelam pela protecção, conservação e gestão de recursos naturais.

Pela tenuidade do sector de conservação, algumas áreas de conservação foram adjudicadas tendo sido convertidas para outras actividades e hoje delas sobram apenas os nomes (embora a muito custos ainda recuperáveis). Destas áreas pode se destacar a Coutada 8 concessionada a Lonhro e a Reserva Florestal do Derre que ficou com a Serrações Reunidas da Zambézia. As áreas em causa eram valiosas como de conservação, uma por constituir um tampão importante entre a estrada nacional numero 06 e o Parque Nacional da Gorongosa e outra por possuir únicos espécimes de Matagaiça e umbilais frondosas e raras. Nos dias que correm, varias áreas de conservação estão “entregues” a cegueira filosófica da conservação por parte de autoridades administrativas e de outras entidades estatais, sendo o dicionário actual o redimensionamento destas ou mesmo sua extinção contribuindo desta forma na extinção de espécies únicas e endémicas.

A 1ª reunião das áreas de conservação realizada de 24 a 26 de Abril de 2012 em Chidenguele, Distrito de Manjacaze, Província de Gaza, pode ser considerada uma tentativa de viragem do que áreas de conservação são hoje. Esta viragem pode ser considerada movida por espírito profissional do pessoal afecto e responsável pela sustentabilidade da conservação de recursos naturais que se pretende para Moçambique.

Dos participantes da reunião de Chidenguele contam-se os decanos da conservação em Moçambique, especialistas e autoridades em diversas áreas afins tais como planificação e desenvolvimento das áreas de conservação, desenvolvimento comunitário, biólogos, médicos veterinários, ambientalistas. Desta forma pode se afirmar que se considerar que a “DECLARAÇÃO DE CHIDENGUELE” resulta

de reflexão de várias personalidades e constituindo assim um marco histórico da conservação neste milénio no País e deverá servir como guião nas acções do macro desenvolvimento no futuro e na sustentabilidade socioeconómico e ecológica do País.

DECLARAÇÃO DE CHIDENGUELE

De 24 a 26 de Abril de 2012, realizou-se em Chidenguele, Distrito de Manjacaze, Província de Gaza, a Primeira Reunião Nacional da Direcção Nacional das Áreas de Conservação a qual foi dirigida pelo Sr. Director Nacional das Áreas de Conservação, Francisco Augusto Pariela. Participaram na reunião a Directora Nacional Adjunta das Áreas de Conservação, o Coordenador da Unidade de Coordenação das Áreas de Conservação Transfronteira, Bartolomeu Soto, Directores Provinciais de Turismo de Sofala e de Gaza, Administradores das Áreas de Conservação e, técnicos do Ministério do Turismo. Estiveram também representantes do Ministério para Coordenação da Acção Ambiental, Ministério da Agricultura (Direcção Nacional de Terras e Florestas), Instituto Nacional de Gestão de Calamidades e parceiros de cooperação nomeadamente, WWF, IGF, AWF, PPF e ECO MICAIA, Fundação MICAIA, Technoserve, PIREP, LUPA, Ambero/Kwaedza Simukai, LVIA, PPF, ASLF e Advantage Consulting, tendo acordado no seguinte:

CAPITULO I

POLÍTICAS

- ▼ A legislação nacional é herdada de momentos e circunstâncias deveras ultrapassadas. É imperioso que as competências e atribuições do fiscal sejam revistas e enquadradas com actualidade no actual regime jurídico do País.
- ▼ É necessário que se crie uma equipa ou se atribuam tais competências ao Departamento jurídico de actualizar as leis e elaborar adendas destas em momento oportuno quer se seja para o agravamento ou redução de penas (tempora muntari nobisquoque muntantur com ilis).
- ▼ Para evitar equívocos e condenações infundadas e ou tendenciosas sobre os animais problemáticos, é necessário que se estabeleça um “modus operandi” para o registo do conflito Homem – Fauna Bravia de forma que esteja claro em que situações o animal poderá ser sacrificado. É também importante a indicação do nível de autoridade que delibera ou que poderá faze-lo e com a deliberação do nível de autoridade que poderá tomar tal decisão.
- ▼ Porque a atribuição dos vinte por cento a comunidade não está sendo correspondida por um empenho das comunidades beneficiarias na conservação dos recursos. O melhor seria o estabelecimento de procedimentos de partilha deste benefício em função do nível de participação ou não de uma determinada comunidade o que motivaria maior envolvimento das comunidades na gestão do recurso. Devia-se também deixar-se claro que actividades comunidades beneficiárias que sejam residentes no interior das áreas de conservação poderão levar a cabo.
- ▼ Os projectos de desenvolvimento turísticos nas áreas de conservação antes da sua aprovação deverão compulsivamente merecer uma apreciação na base da qual recomendações de procedimentos de conservação relativas à conservação deverão estar claros desde a fase de construção até a de exploração.
- ▼ Estimular o zoneamento das áreas de conservação que mostrem inadequabilidade de gestão, a luz dos objectivos do seu estabelecimento, em relação aos seus limites actuais, salvaguardando a manutenção do ganho da superfície da área protegida proclamada e evitando a desproclamação das existentes. Em caso de extrema necessidade de enquadrar outras actividades, que fosse encontrada categoria adequada que acomode a situação actual podendo para o efeito se recorrer a classificação de áreas protegidas da UICN ou da UNESCO.

CAPITULO II

GESTÃO DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Com vista a promover melhorias na gestão das áreas de conservação os participantes concordaram com vários programas, iniciativas e encorajam:

- ▼ A continuidade de programas de repovoamento de fauna bravia.
- ▼ Apoio de forma substancial ao desenvolvimento de infra-estruturas de manejo nomeadamente construção de santuários de fauna bravia, construção e reabilitação das picadas e vias de acesso incluindo escritórios, casas para o pessoal sénior e dormitórios para os fiscais, postos de fiscalização, sistemas de comunicação, abastecimento de água e de electricidade.
- ▼ Promover a integração, colaboração e a formação de outras instituições seja do Estado, Privadas ou Comunitárias para adequar e potenciar as respostas de gestão das áreas de conservação, assumindo um papel importante na sensibilização e valorização de boas práticas na protecção e gestão das áreas de conservação.
- ▼ Estimular a aceleração na implementação e desembolsos dos projectos comunitários implementados à luz do Projecto de Áreas de Conservação Transfronteira.
- ▼ Encorajar a continuidade do processo de reassentamento em curso no Parque Nacional do Limpopo, recomendando a necessária gestão de questões pós-reassentamento, através do envolvimento adequado das entidades competentes do Estado, para assegurar que o actual processo de reassentamento não possa ser ferido de lacunas na perspectiva sociocultural e antropológica que comprometeram o processo anterior.
- ▼ Promover e implementar programas de reassentamento em áreas que por sua dimensão ou sensibilidade ecológica não possam gerir as comunidades humanas no seu interior recorrendo para o efeito à Política Nacional de Reassentamento.
- ▼ Assegurar a implementação dos Planos de Maneio e outros instrumentos normativos que melhorem a gestão das áreas de conservação. Trabalhar em conjunto com outros ministérios com o objectivo de assegurar a conservação do património da biodiversidade, promovendo acções com vista ao cancelamento de licenças de prospecção e exploração mineira nas áreas proclamadas para fins de conservação da natureza; promover entendimento e plataformas bastantes que evitem casos futuros.

CAPITULO III

FISCALIZAÇÃO

Reconhecendo os danos da caça furtiva os participantes declaram:

- ▼ Encorajar o melhoramento dos recursos materiais para a fiscalização e criar uma equipe de choque que responda a solicitações em caso de necessidade de uma resposta rápida.
- ▼ Promover a capacidade dos fiscais com meios de trabalho, de qualidade e alimentação (ração) adequada para o corpo de fiscalização. Apoiar a aplicação do Estatuto do Fiscal, para solucionar as questões ligadas ao direito de uso e porte de arma de fogo.
- ▼ Encorajar e promover a participação dos órgãos de administração da justiça nos encontros sobre as áreas de conservação para que estejam a par das dificuldades enfrentadas de forma a ajudar a solucionar-las.
- ▼ Encorajar a revisão da legislação com vista a agravar as penalizações como forma de reprimir infracções.
- ▼ Recomendar a angariação e disponibilização de fundos para aquisição de armas para as áreas de conservação.
- ▼ Promover a contratação de técnicos jurídicos e juristas para integrar o sector de fiscalização.

CAPITULO IV

SUSTENTABILIDADE DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Conscientes da importância de implementação da Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora (CITES), os participantes declaram:

- ▼ Recomendar a coordenação eficaz entre os diferentes sectores na implementação da CITES, tais como Meio Ambiente, Agricultura, Pescas, Turismo e a Universidade Eduardo Mondlane, esta última como autoridade científica.
- ▼ Promover a criação de um grupo de trabalho interinstitucional para o acompanhamento de assuntos relacionados com CITES e, o mesmo devendo reunir-se regularmente através de fóruns já existentes como a Comissão de Facilitação Turística (CFT) e o Conselho Nacional do Desenvolvimento Sustentável (CONDES).
- ▼ Recomendar o reforço da capacidade humana e operativa nos processos de licenciamento.
- ▼ Encorajar o esforço das autoridades competentes com vista a facilitação de exportação de troféus de leopardo e elefante, derivados de Moçambique, para os EUA e Portugal pois estes constituem parte importante do segmento final do negócio de caça cinegética.

Conscientes da fraqueza económica global e conseqüentemente do sector, os participantes declaram:

- ▼ Promover parcerias inteligentes com entidades público-privadas, nacionais e estrangeiras para a prática de “branding” do nome ou produtos das áreas de conservação para a sua publicidade e promovendo patentes de produtos pro – conservação incluindo venda de “souvenirs”, postais e vídeos.
- ▼ Promover a mensurabilidade das funções do ecossistema tais como a sequestração do carbono e assegurar a venda deste em mercados específicos como forma inesgotável de captação de receitas e potenciar a valorização económica da conservação como forma viável do uso de terra.

Reconhecendo a necessidade de ampla partilha de informação, diversificação de abordagens, troca e valorização de experiências acumuladas a nível nacional ou internacional, os participantes declaram:

- ▼ Propor a realização contínua e regular de Reuniões Nacionais das Áreas de Conservação (RNAC), com periodicidade anual.
- ▼ Propor a adopção de uma matriz das decisões tomadas, responsabilidades e prazos de execução como parte integrante desta Declaração.

Chidenguele, 26 de Abril de 2012

Os Participantes





Administração Nacional das Áreas de Conservação
Avenida 10 de Novembro, Praceta 1196, Nº 40 Bairro Central.
Tel: + 258 - 213 023 62, Fax: + 258 - 213 023 73
E-mail: geral@anac.gov.mz
Maputo - Moçambique